

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

O ACESSO A MEDICAMENTOS UTILIZADOS POR IDOSOS DE UMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A RENDA FAMILIAR¹

**Tamires Kluge Vione², Vanessa Adelina Casali Bandeira³, Andressa Rodrigues Pagno⁴,
Tatiana Andréia Krüger⁵, Carolina Baldissera Gross⁶.**

¹ Compõe a pesquisa “Saúde do idoso na Atenção Primária”, vinculada ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Atenção Integral à Saúde (UNIJUÍ/UNICRUZ).

² Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). tamivione@hotmail.com.

³ Farmacêutica, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Atenção Integral à Saúde da UNIJUÍ/UNICRUZ, Bolsista PROSUP/CAPE/UNICRUZ/UNIJUÍ, vanessa.acbandeira@yahoo.com.br.

⁴ Farmacêutica, discente do Programa de Mestrado em Gerontologia da Universidade Federal de Santa Maria. andipagno@hotmail.com.

⁵ Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). taty_andreia09@hotmail.com.

⁶ Psicóloga, Mestre em Atenção Integral à Saúde (UNIJUÍ/UNICRUZ). carolinagross@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida ao nascer e o processo de envelhecimento populacional geram significativas mudanças na sociedade, principalmente para os serviços de saúde, uma vez que os idosos representam atualmente 10,7% da população brasileira, em torno de 19 milhões de pessoas e necessitam de um cuidado diferencial (IBGE, 2010).

Os serviços de saúde, no entanto, não estão totalmente preparados para atender as demandas de cuidado destes indivíduos, entre as quais se encontra o uso de medicamentos. Destaca-se que no decorrer do processo de envelhecimento, as doenças crônicas tornam-se prevalentes e o uso de múltiplos medicamentos faz-se necessário. O uso contínuo de medicamentos é uma realidade na população idosa, estudos apontam que a maioria dos idosos brasileiros faz uso contínuo de medicamentos (DAL PIZZOL et al., 2012; NEVES et al., 2013), em média entre dois a cinco medicamentos (AZIZ et al.; 2011) e muitos destes estão expostos a polifarmácia, ou seja, o uso de cinco ou mais medicamentos (SECOLI, 2010).

O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio, da Lei 8.080 de 1990 inclui entre suas ações a assistência terapêutica integral, entre elas a farmacêutica (BRASIL, 1990). Posteriormente, a Política Nacional de Medicamentos (2001) reafirma o acesso a população aqueles considerados essenciais, com a necessária segurança, eficácia e qualidade (BRASIL, 2001).

Apesar de o modelo brasileiro ser baseado na distribuição gratuita de medicamentos essenciais (BRASIL, 2001), ocorrem dificuldades de acesso aos medicamentos. O acesso insuficiente aos medicamentos está associado à piora do estado de saúde, necessidade de novos tratamentos, aumento no número de consultas e gastos adicionais (WANNMACHER, 2012). Como alternativa de acesso aos medicamentos, a compra destes é a principal forma referida pelos usuários (BOING et al. 2013; TAVARES et al., 2013). No entanto, Tavares et al. (2013) identificaram entre idosos de Bagé/RS a baixa adesão ao tratamento associada a idade avançada, presença de três ou mais

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

morbidades e a necessidade de compra de medicamento, uma vez que a maioria da população atendida no serviço público de saúde é de baixa renda e a obtenção gratuita, frequentemente, é a única alternativa de acesso ao medicamento

Nesse contexto, ressaltam-se as desigualdades socioeconômicas, ao considerar que o acesso aos medicamentos é limitado em determinadas condições e consequentemente os indivíduos com nível socioeconômico mais alto acessam os medicamentos por meio de outras alternativas de forma mais fácil quando comparados aos indivíduos com menor nível socioeconômico (PANIZ, 2009). Diante destas considerações, o presente estudo objetiva verificar a forma de acesso aos medicamentos e sua relação com a renda de idosos adstritos a uma Estratégia Saúde da Família (ESF).

METODOLOGIA

O estudo seguiu delineamento transversal e analítico. Realizado com idosos adstritos a uma unidade ESF da área urbana do município de Ijuí-RS, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos.

Os dados foram coletos através de um questionário semiestruturado, aplicado no domicílio dos idosos composto por questões referentes às condições sociodemográficas, tais como, sexo, idade, escolaridade, renda, estado civil e condições de saúde, como presença de doença crônica e uso de medicamentos.

As associações entre as variáveis qualitativas foram verificadas pelo teste de Qui-quadrado de Pearson. Foram considerados significativos os fatores que apresentaram valores correspondentes a $p < 0,05$.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob parecer consubstanciado nº 961.205/2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 83 idosos, com idade média de $72,47 \pm 8,14$ anos, mínima de 60 e máxima de 90 anos. A maioria dos idosos (53 – 63,9%) eram do sexo feminino e 30 (36,1) eram do sexo masculino. A renda familiar entre um a três salários mínimos foi mencionada por mais da metade dos idosos (53 – 63,9%), seguida por menor que um salário mínimo (20 – 24,1%), maior que três até cinco salários mínimos (8 – 9,6%) e acima de cinco salários mínimos (2 – 2,4%).

O uso contínuo de medicamentos foi prevalente entre os idosos (74 – 89,2%), com uso entre um a 13 medicamentos. Quanto a forma de acesso aos medicamentos 39 (47,0%) idosos referiram que compram e acessam pelo SUS, 31 (37,3%) referiram ter acesso total pelo SUS e 4 (4,8%) compram seus medicamentos. A renda não foi associada a forma de acesso aos medicamentos ($p=0,179$).

Destaca-se que aproximadamente 95% dos idosos citaram o SUS como local de acesso aos medicamentos de uso contínuo, demonstrando, assim, a efetividade do princípio da universalidade do SUS. No entanto, aproximadamente 50% necessitam comprar de forma parcial ou total os seus medicamentos. Ressalta-se que muitas vezes, os idosos, principalmente, de baixa renda, quando não tem acesso gratuito aos medicamentos, pelo medicamento não constar na lista de medicamentos essenciais ou pelo fato deste não estar disponível na unidade de saúde, não têm acesso ao tratamento, o que pode resultar em agravos à saúde destes idosos.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

A garantia de acesso ao tratamento representa um desafio atualmente, pois o uso destes tem como objetivo controlar, reduzir ou eliminar os sofrimentos causados pelas enfermidades. A saúde das pessoas não depende apenas dos serviços de saúde e do uso de medicamentos, no entanto, esse último constitui-se em uma importante ferramenta de cuidado à saúde (CONASS, 2011).

Estudo de Silveira, Osório e Piola (2002) identificou que 37% dos gastos das famílias são com medicamentos. Além disso, Travassos, Oliveira e Viacava (2006) aponta que a renda familiar influencia o uso de medicamentos de maneira mais importante do que a escolaridade, resultado diferente do presente estudo, no qual a renda não influenciou na forma de acesso ao medicamento. O autor também identificou que o custo deles é fundamental para a adesão ao tratamento, uma vez que a falta do recurso financeiro, torna inviável a realização do tratamento medicamentoso e pode ocasionar no retorno do usuário à unidade de saúde.

Dados indicam as limitações na disponibilização de medicamentos, conforme apresenta a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) (2008), houve prescrição de medicamentos em 72% dos atendimentos realizados pelo SUS e desses, 45% obtiveram gratuitamente todos os medicamentos (Viacava, 2010). Ainda, outros fatores podem influenciar o acesso, como o desconhecimento do direito ao medicamento gratuito e a falta de adequação da prescrição médica às condições financeiras do indivíduo (Ferreira et al; 2014).

Estudo realizado na atenção primária de Blumenau/SC verificou que 25,0% dos indivíduos não obtiveram todos os medicamentos prescritos e entre os principais motivos da não obtenção encontrava-se “o medicamento não é fornecido pelo SUS” (42,5%) e a “ausência do medicamento no estoque da farmácia” (40,7%) (HELENA et al., 2015). Baldoni et al. (2014) nas farmácias públicas de Ribeirão Preto/SP identificaram que 31,3% dos idosos usuários das farmácias não conseguiram obter todos os seus medicamentos prescritos e esses estavam padronizados na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), no entanto, estavam em falta no momento da retirada na farmácia. Infere-se que a falta de medicamentos presentes na REMUME nos serviços municipais pode ser decorrente de recursos financeiros insuficientes, planejamento inadequado ou problemas na distribuição as farmácias públicas. No presente estudo, não foi avaliada a prescrição dos medicamentos e presença destes na REMUME, as quais se apresentam como limitações.

Destaca-se que a REMUME é um instrumento norteador das prescrições e quando composta por medicamentos corretamente selecionados de acordo com as condições epidemiológicas locais e adotada de forma efetiva pelos prescritores, auxilia na programação e facilita o acesso aos medicamentos prescritos (WANNMACHER, 2012). No entanto, esta lista é composta por medicamentos essenciais que atendem a maioria dos problemas de saúde que acometem a população e conforme recomendado pela Organização Mundial de Saúde (1993) no mínimo 70% dos medicamentos prescritos devem estar presentes na REMUME, condição esta que pode gerar algumas lacunas para o tratamento de determinadas doenças.

As doenças próprias da terceira idade produzem um padrão de uso de medicamentos diferente daquele encontrado em outras faixas etárias (ROZENFELD, 2003), o que pode ser um fator para a maior procura pelos medicamentos e alguns destes não estarem presentes nas listas essenciais.

CONCLUSÃO

Verificou-se que 95% dos idosos acessam medicamentos no SUS, o que indica que a distribuição de medicamentos é eficiente, no entanto, aproximadamente 50% necessitam comprar parcialmente

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

ou totalmente seu tratamento, que reforça a necessidade de novos estudos para identificar quais os fatores que influenciam na insuficiência de acesso aos medicamentos do SUS pela população idosa. Apesar da melhora no acesso aos medicamentos por meio da Política Nacional de Medicamentos, ainda, existem lacunas no acesso ao tratamento medicamentoso que vão além dos serviços de saúde e relacionam-se as condições de vida dos idosos. Nesse contexto, medidas governamentais, ações da atenção primária e melhor gestão destes serviços podem facilitar e beneficiar o aperfeiçoamento desse sistema.

Ressalta-se, ainda, que as ESFs têm papel fundamental na assistência desses idosos e o atendimento integral e de qualidade garantem o acesso ao cuidado e tratamentos, fazendo com que esses idosos não tenham a necessidade de retornar diversas vezes ao serviço, preservando a resolutividade do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia Saúde da Família; Idoso; Renda; Uso de Medicamentos.

AGRADECIMENTOS: A PROSUP/CAPES/UNICRUZ/UNIJUÍ por concessão da bolsa, aos profissionais de saúde que auxiliam na execução de nossas atividades, aos demais acadêmicos voluntários que concretizam com dedicação a atuação no projeto e aos idosos que recebem a equipe de pesquisa em seu domicílio e permitem a execução do nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZIZ, Marina Menezes; CALVO, Maria Cristina; SCHNEIDER, Ione Jayce Ceola; XAVIER, André Junqueira; d'ORSI, Eleonora. Prevalência e fatores associados ao acesso a medicamentos pela população idosa em uma capital do sul do Brasil: um estudo de base populacional. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 1939-1950, out, 2011.

BALDONI, André de Oliveira; DEWULF, Nathália de Lourdes Souza; SANTOS, Vânia dos; REIS, Tiago Marques; AYRES, Lorena Rocha; PEREIRA, Leira Régis Leira. Dificuldades de acesso aos serviços farmacêuticos pelos idosos. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, v. 35, n. 4, p. 615-621, 2014.

BOING, Alexandra Crispim; BERTOLDI, Andréa Dâmaso; BOING, Antônio Ferenando; BASTOS, João Luíz; PERES, Karen Glazer. Acesso a medicamentos no setor público: análise de usuários do Sistema Único de Saúde no Brasil. Caderno de Saúde Pública, v. 29, n. 4, p. 691-701, 2013.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidente da República. Brasília, 19 set 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Uso racional de medicamentos: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. 156 p.:il.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. Departamento de Formulação de Políticas de Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Volume 7. Brasília, 2011.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

DAL PIZZOL, Tatiane da Silva; PONS, Emilia da Silva; HUGO, Fernando Neves; BOZZETTI, Mary Clarisse; SOUZA, Maria da Luz Rosário de; HILGERT, Juliana Balbinot. Uso de medicamentos entre idosos residentes em áreas urbanas e rurais de município no Sul do Brasil: um estudo de base populacional. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 104-114, jan, 2012.

FERREIRA, Reginara Alvez; BARRETO, Sandhi Maria; GIATTI, Luana. Hipertensão arterial referida e utilização de medicamentos de uso contínuo no Brasil: um estudo de base populacional. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 815-826, abr, 2014.

HELENA, Ernani Tiaraju de Santa; ANDERSEN, Silvia Escarlata; MENONCIN, Sergio Mauricio. Percepção dos usuários sobre acesso aos medicamentos na atenção primária. Caderno de Saúde Coletiva, v. 23, n. 3, p. 280-288, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010: resultados preliminares. Rio de Janeiro; 2010.

NEVES, Sabrina Joany Felizardo; MARQUES, Ana Paula de Oliveira; LEAL, Márcia Carrera Campos; DINIZ, Alcides da Silva; MEDEIROS, Tibério Silva; ARRUDA, Ilma Kruze Grande de. Epidemiologia do uso de medicamentos entre idosos em área urbana do Nordeste do Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 47, n. 4, p.759-68, ago, 2013.

PANIZ, Vera Maria Vieira. Acesso a medicamentos em população assistida por diferentes modelos de atenção básica nas regiões sul e nordeste do Brasil. 2009, 224p. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

ROZENFELD, Suely. Prevalência, fatores associados e mau uso de medicamentos entre os idosos: uma revisão. Caderno de Saúde Pública, v. 19, n. 3, p. 717-24, 2003.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; PIOLA, Sérgio Francisco. Os gastos das famílias com saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 4, p. 719-31, 2002.

TRAVASSOS, Claudia; OLIVEIRA, Evangelina X. G.; VIACAVAL, Francisco. Desigualdade geográficas e sociais no acesso aos serviços de saúde no Brasil: 1998 e 2003. Ciência & Saúde Coletiva, v. 11, n. 3, p. 75-86, 2006.

TAVARES, Noemia Urruth Leão; BERTOLDI, Andréa Dâmaso; THUMÉ, Elaine; FACCHINI, Luiz Augusto; FRANÇA, Giovanny Vinícius Araújo; MENGUE, Sotero Serrate. Fatores associados à baixa adesão ao tratamento medicamentoso em idosos. Revista de Saúde Pública, v. 47, n. 6, p. 1092-1101, 2013.

VIACAVAL F. Acesso e uso de serviços de saúde pelos brasileiros. Radis: Comunicação em Saúde, v. 96, n. 12-9, 2010.

WHO. World Health Organization. How to investigate drug use in health facilities – selected drug use indicators. Geneva, WHO; 1993.